

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.171 - SP (2020/0274787-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**  
**ADVOGADO : NEY JOSE CAMPOS - MG044243**  
**AGRAVADO : VIA NORTE COMERCIO DE CALCADOS LTDA**  
**ADVOGADO : GRACIELLE RAMOS REGAGNAN - SP257654**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

DESOBEDIÊNCIA AÇÃO REVISIONAL EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DETERMINADA A APRESENTAÇÃO DAS FICHAS FINANCEIRAS DOS CONTRATOS INADIMPLIDOS “SOB AS PENAS DO ART 524 § 3 DO ATUAL CPC” POSSIBILIDADE CASO EM QUE DENTRE AS MEDIDAS COERCITIVAS NECESSÁRIAS PARA ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL PREVISTAS NO ATUAL CPC ENCONTRASE A ADVERTÊNCIA DE QUE A PARTE PODE EVENTUALMENTE RESPONDER POR CRIME DE DESOBEDIÊNCIA ARTS 77 § 2 139 IV E 536 § 3 DO ATUAL CPC AGRAVO DESPROVIDO

Quanto à controvérsia, alega violação do art. 524, § 3º, do CPC, no que concerne ao crime de desobediência previsto no referido artigo, trazendo os seguintes argumentos:

Todavia, em que pese haver a previsão de medidas coercitivas, nos termos do artigo 536, há que se haver uma proporcionalidade quando se for aplicar alguma delas.

Entender que o recorrente pode ser sancionado com o rigor da pena prevista no § 3º do artigo 536, é desproporcional em relação ao teor da obrigação.

Ademais, o final do § 3º prevê que a pena será aplicada apenas quando houver descumprimento injustificado, o que não ocorreu no presente caso, haja vista que a recorrente juntou aos autos todos os documentos que possui, conforme folhas 788/868.

Portanto, antes da aplicação de previsão de crime de desobediência, tem antes que se adotar outras medidas coercitivas

# *Superior Tribunal de Justiça*

para emseguida aplicar a pena mais grave, é o que prevê o artigo 8º do CPC que dispõe que o juiz ao, aplicar o ordenamento jurídico, observará, entre outros princípios, os da proporcionalidade e razoabilidade.

Lado outro, a determinação judicial para exibição de documentos vai de encontro com a jurisprudência de outros tribunais acerca da matéria, que impõe busca e apreensão como pena em caso de não exibição dos documentos (fl. 983).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ”. (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.514.978/SC, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 17/6/2020; AgInt no AREsp 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018; e AgRg no AREsp 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**  
Presidente